

Sant’Ana do Livramento: uma análise de dados históricos do mercado de trabalho.

Sant’Ana do Livramento: an analysis of historical labor market data.

Sant’Ana do Livramento: un análisis de datos históricos del mercado de trabajo.

Recebido em: outubro de 2024

Aprovado em: março de 2025

Avaliado pelo sistema double blind review

Editoria Científica: Carolina Freddo Fleck

Silvio de Freitas Barbosa – Universidade Federal de Santa Catarina (silviodso@yahoo.com.br)

Lauro Francisco Mattei - Universidade Federal de Santa Catarina

Disponibilidade de dados: Dados disponíveis mediante solicitação aos autores.

Resumo: Este artigo apresenta uma pesquisa quantitativa de dados históricos de indicadores de “Trabalho e Rendimento” dos Censos do IBGE de 1940 a 2010, e de indicadores do mercado de trabalho formal, a partir de dados do Registro Anual de Informações Sociais (RAIS) das décadas de 2000, 2010 e 2021. Os dados coletados, submetidos a análise estatística, evidenciaram, em geral, um mercado de trabalho historicamente precário, com altos índices de desemprego e “informalidade”, composto, predominantemente, por uma classe trabalhadora com baixos níveis de escolaridade e de rendimentos. Desigualdades de gênero e etnia também foram evidenciadas. As mulheres têm a menor participação no mercado, estão maiormente alocadas em atividades “informais” e apresentam menores níveis de rendimentos com relação a população masculina, isso apesar de comporem o maior percentual da PEA (População Economicamente Ativa) e de possuírem os maiores níveis de escolaridade. Com relação a etnia, os dados apontaram diferenças significativas relacionadas ao nível educacional e a média de rendimentos entre a população ocupada, com prejuízo às pessoas autodeclaradas “pretas” e “pardas”, configurando, assim, a restrição histórica e estrutural aos capitais cultural e econômico desses grupos. O mercado de trabalho formal segue algumas tendências do mercado em geral: baixos rendimentos e níveis escolares, desigualdades de gênero.

Palavras-Chave: Sant’Ana do Livramento; Mercado de Trabalho; Desigualdades.

Abstract: This article presents a quantitative study of historical data on “Work and Income” indicators from the IBGE Census from 1940 to 2010, and on indicators of the formal labor market, based on data from the Annual Social Information Registry (RAIS) from the decades of 2000, 2010, and 2021. The data collected, subjected to statistical analysis, showed, in general, a historically precarious labor market, with high rates of unemployment and “informality”, composed predominantly of a working class with low levels of education and income. Gender and ethnic inequalities were also evidenced. Women have the smallest participation in the market, are mostly allocated to “informal” activities, and have lower income levels compared to the male population, despite making up the largest percentage of the EAP (Economically Active Population) and having the highest levels of education. Regarding ethnicity, the data showed significant differences in educational level and average income among the working population, to the detriment of people who self-identify as “black” and “brown”, thus configuring a historical and structural restriction on the cultural

and economic capital of these groups. The formal labor market follows some trends of the market in general: low income and educational levels, gender inequalities.

Keywords: Sant’Ana do Livramento; Labor Market; Inequalities.

Resumen: Este artículo presenta una investigación cuantitativa de datos históricos de indicadores de “Trabajo e Ingresos” de los Censos del IBGE de 1940 a 2010, y de indicadores del mercado de trabajo formal, a partir de datos del Registro Anual de Información Social (RAIS) de las décadas 2000, 2010. y 2021. Los datos recabados, sometidos a análisis estadísticos, mostraron, en general, un mercado laboral históricamente precario, con altas tasas de desempleo e “informalidad”, compuesto predominantemente por una clase trabajadora con bajos niveles de educación e ingresos. También se destacaron las desigualdades étnicas y de género. Las mujeres tienen la menor participación en el mercado, se destinan mayoritariamente a actividades “informales” y tienen menores niveles de ingresos en comparación con la población masculina, a pesar de constituir el mayor porcentaje de la PEA (Población Económicamente Activa) y tener los niveles más altos de educación. En cuanto a la etnicidad, los datos mostraron diferencias significativas relacionadas con el nivel educativo y el ingreso promedio entre la población ocupada, en detrimento de las personas auto declaradas “negras” y “morenas”, configurando así a restricción histórica y estructural al capital cultural y económico cultural. situación de estos grupos. El mercado laboral formal sigue algunas tendencias del mercado en general: bajos niveles de ingresos y educación, desigualdades de género.

Palabras clave: Sant’Ana de Livramento; Mercado de trabajo; Desigualdades.

1 Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o mercado de trabalho e suas principais características através de alguns dos indicadores de desigualdades no trabalho do município de Sant’Ana do Livramento, por uma perspectiva histórica. Para tanto, utilizou-se de dados históricos de indicadores de “Trabalho e Rendimento” dos Censos do IBGE das décadas de 1940 a 2010 para o mercado de trabalho em geral e de dados dos registros administrativos da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) das décadas de 2000, 2010 e 2021 para o mercado de trabalho formal.

Em decorrência de mudanças metodológicas e da falta de homogeneização das informações, não foi possível uma maior desagregação de dados dos Censos de 1940 a 1991. Explorou-se mais indicadores dos Censos de 2000 e 2010, pois os resultados encontram-se completamente informatizados. O censo de 2022 não foi incluído porque até a presente data os indicadores de “Trabalho e Rendimento” não estavam disponíveis. Os dados foram coletados, tabulados e submetidos a análise estatística. Outras literaturas que apresentavam informações sobre o contexto histórico desse mercado também foram utilizadas.

A cidade de Sant’Ana do Livramento situa-se na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, com população (residente) de 84.421 habitantes (IBGE, 2022). Segundo o Censo do IBGE de 2022, a população é predominantemente urbana, de 91,12%. O município é classificado como cidade gêmea, articulada por fronteira seca com o Departamento de Rivera, Uruguai, conhecida entre os seus moradores como a “Fronteira da Paz” (Almeida, 2016).

Quanto a tipologia das interações transfronteiriças proposta pelo Programa de Desenvolvimento das Faixas de Fronteira (PDFF), é do tipo Capilar e Sinapse, caracterizada por formas de interação e integração espontâneas “através de trocas difusas entre vizinhos fronteiriços com limitadas redes de comunicação” (Brasil, 2005, p. 145). O cenário capilar é superposto pelo modelo sináptico, termo importado da biologia que diz respeito à “presença de alto grau de troca entre as populações fronteiriças. Esse tipo de interação é ativamente apoiado pelos Estados contíguos” (Brasil, 2005, p. 145), e “as cidades gêmeas mais dinâmicas podem ser caracterizadas de acordo com esse modelo” (Brasil, 2005, p. 145).

2 Dados censitários gerais do mercado de trabalho

Os dados históricos mais remotos disponíveis do mercado de trabalho do município são os dos Censos do IBGE. O primeiro Censo é da década de 1940. Nessa época, a população urbana já correspondia a 56,93% da população total, e os setores da economia que mais alojavam trabalhadores eram o Terciário, com cerca de 45,09%, e o Primário com 39,02%. Os dois agrupavam um pouco mais de 84% da “População Ativa”¹. O setor Secundário, por sua vez, representava 15,89% da população ativa. Dessa forma, desde a década de 1940 já havia uma população predominantemente de “Serviços”, isso apesar de ser um período em que o município contava com as atividades industriais do “Frigorífico Armour” e outras indústrias em seu entorno.

Segundo Albornoz (2018), na década de 1937, Livramento contava com cerca de 50 indústrias, empregando em torno de 2.757 operários, dos quais 2.360 trabalhavam no Frigorífico Armour (85,60%). Entretanto, esses dados não condizem com os números apresentados pelo Censo de 1940, os quais indicaram um total de 1.941 ocupações no Setor Secundário. Uma possível explicação para essa diferença talvez resida no fato de que boa parte dos operários eram safristas e muitos deles, uruguaios. Conforme comenta a autora, no ano de 1919, cerca de 40% dos operários do frigorífico eram uruguaios.

Com relação ao gênero, no Censo de 1940, as mulheres perfaziam apenas 11,30% do total das ocupações, estando 80,67% (1.102) delas alocadas no Setor Terciário, a maior parte no segmento de “serviços e atividades sociais” (781). Isso apesar de representarem nesse período 55,44% da População Ativa.

O Censo de 1950 não apresenta grandes mudanças em relação à década anterior. No que se refere à população, tem-se a tendência do aumento da população urbana (62,20%) e decréscimo da rural, que à época era 37,80% da população total. Nos setores da economia, tem-se a queda das ocupações no Setor Primário (1,64 pp) e aumento nos Setores Terciário (0,48 pp), representando 45,57% da população ocupada, e no Secundário (0,95 pp), que contava com 2.444 postos de trabalho, 16,84% da população ocupada. No que diz respeito a participação das mulheres, observou-se um aumento de 6,63 pp. com relação à década passada (1940), continuando a maior parte delas (80,48%) alocadas no setor Terciário, especificamente no segmento de “serviços e atividades sociais”.

O final da década de 1950 é apontada como uma data provável da saída da Companhia Armour do município. Contudo, o frigorífico seguiu operando com a fusão de outras empresas até o ano de 1989, quando foi vendida para o grupo Bordon, entrando em concordata no ano de 1994 (Albornoz, 2018).

Essas datas históricas explicam o decréscimo de postos de trabalho no Setor Secundário entre as décadas de 1950 a 1960, em 4,79 pp., de 1990 para 2000, em 3,76 pp. e,

finalmente, a maior variação, da década de 2000 para 2010, em 5,76 pp. A variação no período (1950 a 2010) com relação a PEA ocupada no setor foi de (-6,89) pp.

A concordata do frigorífico e o conseqüente encerramento das atividades a partir de 1994 aparenta ter gerado um fluxo migratório. Pela primeira vez na história do município há uma queda no número da população total entre as décadas de 2000 a 2010, em 8.385 habitantes. Esse processo foi sentido igualmente no Setor Terciário, sofrendo, inclusive, a maior (e única) variação negativa de todos os setores da economia, 7,76 pp. Chama atenção nesse período, a variação significativa das pessoas alocadas em atividades mal especificadas, uma diferença de 11,74 pp. com relação ao Censo anterior, muito provavelmente, reflexo desse evento (TABELA 1).

Tabela 1 – População Total, PEA, PEA ocupada por setores e PEA desocupada 1960 a 2010.

Itens	1960	%	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
População Total	55.436		63.493		68.111		80.252		90.849		82.464	
PEA	41.518	74,89	47.821	75,32	54.046	79,35	64.279	80,10	73.973	81,42	71.073	86,19
PEA ocupada	18.274	44,01	20.135	42,10	25.367	46,94	32.310	50,27	36.309	49,08	38.038	53,52
Setor Primário	6.715	36,75	4.961	24,64	4.493	17,71	4.295	13,29	5.109	14,07	6.028	15,85
Setor Secundário	2.202	12,05	3.696	18,36	5.733	22,60	6.289	19,46	5.703	15,71	3.784	9,95
Setor Terciário	9.357	51,20	10.766	53,47	14.237	56,12	21.183	65,56	25.438	70,06	23.699	62,30
Não declarado/mal especificado			712	3,54	904	3,56	543	1,68	59	0,16	4.527	11,90
PEA desocupada	23.244	55,99	27.686	57,90	28.679	53,06	31.969	49,73	37.664	50,92	33.035	46,48

Fonte: IBGE (Elaborado pelo autor)

Ainda com relação aos setores da economia, o Setor Primário apresentou uma variação negativa de 25,72 pp., das décadas de 1960 a 1990, e acréscimos nas décadas seguintes, 0,78 pp. (2000) e 1,78 pp. (2010), indicando o caminho inverso em relação ao Setor Secundário, nas duas últimas décadas, uma possível migração desse setor devido ao fechamento do frigorífico. O Setor Terciário foi o único setor que apresentou crescimento durante todo período analisado (exceto na última década), com uma variação positiva de 11,10 pp., sendo o setor que sempre agregou o maior número de ocupações no município (TABELA 1).

Outro aspecto que chama a atenção é o comportamento da PEA desocupada que se manteve acima dos 50% da PEA durante quase todo o período analisado (1970 a 2010), exceto no ano de 1991 e de 2010, com 49,73% e 46,48% da População Economicamente Ativa, respectivamente. Merece destaque o percentual de mulheres nesse indicador. Apesar de vir em uma decrescente, a diferença ainda é significativa. Mantendo-se próximo da casa dos 70% até a década de 1991 (TABELA 2).

Tabela 2 – PEA desocupada por sexo de 1970 a 2010.

Itens	1960*	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
PEA desocupada	—	27.686	57,90	28.679	53,06	31.969	49,73	37.664	50,92	33.035	46,48
Homens	—	8.400	30,34	9.113	31,78	10.190	31,87	13.270	35,23	12.029	36,41
Mulheres	—	19.286	69,66	19.566	68,22	21.779	68,13	24.394	64,77	21.006	63,59

Fonte: IBGE (Elaborado pelo autor)

*No censo de 1960 não constam esses dados

Os Censos de 2000 e 2010 foram os únicos que possibilitaram uma maior desagregação dos dados, permitindo a análise de outros indicadores do mercado de trabalho do município, como por exemplo, informações sobre as posições na ocupação e categorias de emprego (TABELA 3).

De um modo geral, observou-se um aumento da PEA ocupada no período (2000 a 2010), mesmo com os eventos que ocasionaram a migração populacional. Esse crescimento, porém, repercutiu unicamente em ocupações e categorias de empregos “informais” (IBGE, 2023). Ou seja, as ocupações que apresentaram maior crescimento com relação a PEA ocupada foram a de trabalhadores na produção para o seu próprio consumo (3,91 pp), trabalhadores por conta própria (2,51 pp) e trabalhadores não remunerados em ajuda a membros da família (0,50 pp). Os decréscimos, ainda com relação a PEA ocupada, ocorreram nas ocupações empregados (-4,51 pp) e empregador (-2,51 pp) (TABELA 3).

Com relação às categorias de emprego, apenas uma apresentou uma variação (absoluta) positiva, o emprego sem carteira assinada (171). As demais categorias apresentaram uma variação (absoluta) negativa. Com destaque para a categoria militar e funcionário público estatutário (-528) e empregados com carteira assinada (-267) (TABELA 3).

Outro dado que merece destaque quando se analisa o comportamento do quesito posições nas ocupações é que as “ocupações precarizadas” (Pochmann, 2020)ⁱⁱ somavam 53,75% em 2000 e 55,51% em 2010, o que significa mais da metade da PEA ocupada. É um dado importante para se ter uma noção do nível de “informalidade” do mercado de trabalho no período, uma vez que se encontram nessa categoria empregados sem carteira assinada, por conta própria, trabalhadores não remunerados em ajuda a membros familiares e trabalhadores na produção para o seu próprio consumo (TABELA 3).

Com relação ao gênero, apesar de apresentar um crescimento da participação feminina na PEA ocupada no período (4,46 pp), os percentuais ainda são inferiores (com relação ao masculino), 38,71% em 2000 e 43,16% em 2010, considerando, sobretudo, que o gênero feminino representava o maior percentual da PEA em 2000 e 2010, respectivamente, com 51,98% e 52,65%. O único segmento em que o gênero feminino apresentou maior participação em termos percentuais e absolutos foi na ocupação “Trabalhador não remunerado em ajuda a membros da família”, 57,40%, em 2000, e 61,34%, em 2010. Já o menor percentual de participação feminina foi na ocupação “empregador”, 23,65% em 2010 e “conta própria”, 34,19% em 2010. Ademais, o que se observa é que o crescimento da participação feminina tem ocorrido, de forma mais acentuada, em ocupações e categorias de empregos “informais”, como empregados sem carteira assinada com variação absoluta positiva no período de 946 (TEBELA 3).

Tabela 3 – PEA ocupada por posição na ocupação e sexo, Censos 2000 e 2010.

Ítems	2000	%	2010	%
PEA ocupada	36.309	100,00	38.038	100,00
Homens	22.255	61,29	21.620	56,84
Mulheres	14.054	38,71	16.418	43,16
Empregado	24.247	66,78	23.631	62,12
Com carteira assinada	13.330	54,98	13.063	55,28
Homens	7.474	56,07	7.406	56,69
Mulheres	5.856	43,93	5.657	43,31
Sem carteira assinada	7.668	31,62	7.847	33,21
Homens	4.516	58,89	3.749	47,78
Mulheres	3.152	41,11	4.098	52,22
Militar e Funcionário Público Estatutário	3.249	13,40	2.721	11,51
Homens	1.926	59,28	1.660	61,01
Mulheres	1.323	40,72	1.061	38,99
Conta própria	9.207	25,36	10.600	27,87
Homens	6.535	70,98	6.976	65,81
Mulheres	2.672	29,02	3.624	34,19
Empregador	1.577	4,34	792	2,08
Homens	1.204	76,35	521	65,78
Mulheres	373	23,65	271	34,22
Trabalhador não remunerado em ajuda a membros da família	1.061	2,92	1.301	3,42
Homens	452	42,60	503	38,66
Mulheres	609	57,40	798	61,34
Trabalhador na produção para o próprio consumo	217	0,60	1.714	4,51
Homens	147	67,74	807	47,08
Mulheres	70	32,26	907	52,92
Em posições precarizadas	19.517	53,75	21.113	55,51
Homens	11.650	59,69	12.035	57,00
Mulheres	7.867	40,31	9.078	43,00

Fonte: IBGE (Elaborado pelo autor)

A análise da condição de contribuição para instituto de previdência no período também aponta para aspectos de precarização do mercado de trabalho. Em 2000 42,59% da população ocupada não recolhia para previdência. Em 2010, esse percentual aumenta em 5,83 pp, quase a metade da PEA ocupada (48,42%), confirmando que o crescimento da PEA ocupada no período, mesmo com o já mencionado fluxo migratório, se deu sobretudo em atividades “informais” (TABELA 4).

Tabela 4 – PEA ocupada por condição de contribuição para instituto de previdência 2000 e 2010.

Ítems	2000	%	2010	%
Contribuintes	20786	57,41	19619	51,58
Não contribuintes	15423	42,59	18419	48,42
Total PEA ocupada	36209	100,00	38038	100,00

Fonte: IBGE (Elaborado pelo autor)

Outra segmentação possível desse mercado de trabalho foi a de pessoas ocupadas por declaração de “cor ou raça”, segundo a nomenclatura utilizada pelo IBGE (TABELA 5).

Mesmo compreendendo a complexidade (e as limitações) dessas “classificações”, a análise aponta para um mercado de trabalho predominantemente de pessoas “brancas”, 84,52% em 2000 e 78,28% em 2010. As pessoas autodeclaradas “pardas” é o segundo segmento com 8,62% (2000) e 12,55% (2010), seguidas das autodeclaradas “pretas” 6,44% (2000) e 8,89% (2010)ⁱⁱⁱ. Com o objetivo de verificar possíveis discrepâncias percentuais com relação a PEA, examinou-se a distribuição percentual entre a PEA e a PEA ocupada quanto as mesmas “classificações”. Observou-se que a distribuição percentual da PEA ocupada acompanha bem próximo a da PEA (TABELA 6).

Tabela 5 – PEA ocupada por declaração de “cor ou raça” 2000 e 2010.

Itens	2000	%	2010	%
Branca	30687	84,52	29778	78,28
Preta	2338	6,44	3382	8,89
Parda	3130	8,62	4775	12,55
Amarela	24	0,07	84	0,22
Indígena	74	0,20	19	0,05
Sem declaração	56	0,15		
Total PEA ocupada	36309	100,00	38038	100,00

Fonte: IBGE (Elaborado pelo autor)

Tabela 6 – PEA por declaração de “cor ou raça” 2000 e 2010.

Itens	2000	%	2010	%
Branca	62777	84,86	56073	78,89
Preta	4531	6,13	5890	8,29
Parda	6285	8,50	8902	12,53
Amarela	67	0,09	173	0,24
Indígena	157	0,21	35	0,05
Sem declaração	156	0,21		
Total PEA ocupada	73973	100,00	71073	100,00

Fonte: IBGE (Elaborado pelo autor)

Entretanto, o cruzamento com outros indicadores, como nível de instrução (TABELA 7) e rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos (GRÁFICO 1) aponta algumas diferenças nesses quesitos. Com relação ao nível de instrução, em 2010, mais da metade da população autodeclarada “preta” (50,33%), “parda” (54,87%) e “amarela” (54,76%) possuem nível de escolaridade “sem instrução e fundamental incompleto, contra 34,62% da população ”branca”. As diferenças também são observáveis nos demais níveis de instrução, como no percentual de pessoas com curso superior completo. Os menores percentuais são das autodeclaradas “pardas” (3,06%) e “pretas” (4,20%) contra 12,66% das “brancas” e 10,71% das “amarelas”.

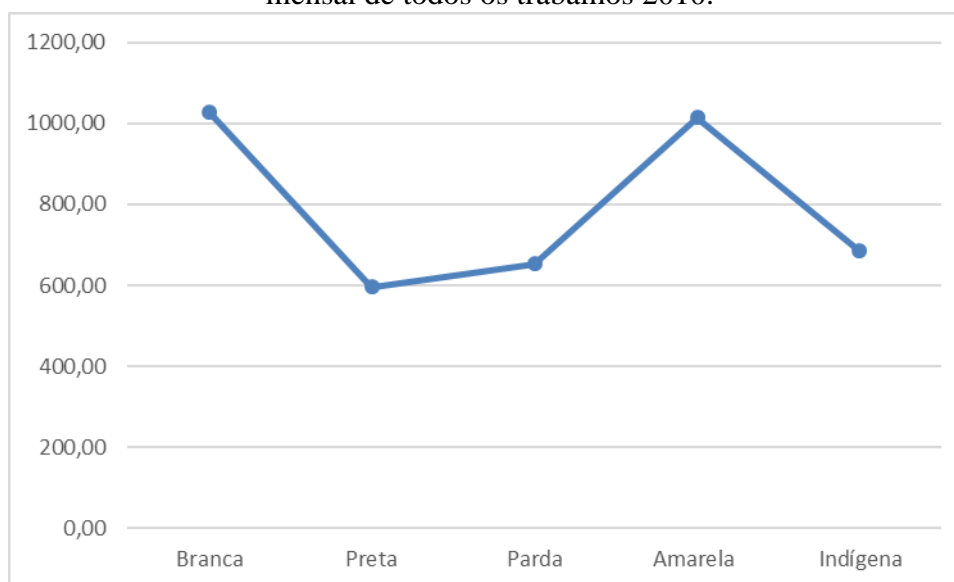
Tabela 7 – PEA ocupada por declaração de “cor ou raça” e nível de instrução 2010.

Itens	Branca	%	Preta	%	Parda	%	Amarela	%	Indígena	%	Total	%
Sem instrução e fundamental incompleto	10309	34,62	1702	50,33	2620	54,87	46	54,76	19	100,00	14696	38,64
Fundamental completo e médio incompleto	6270	21,06	789	23,33	1091	22,85	9	10,71			8159	21,45
Médio completo e superior incompleto	9405	31,58	749	22,15	918	19,23	20	23,81			11092	29,16
Superior completo	3769	12,66	142	4,20	146	3,06	9	10,71			4066	10,69
Não determinado	25	0,08									25	0,07
Total PEA	29778	100,00	3382	100,00	4775	100,00	84	100,00	19	100,00	38038	100,00

Fonte: IBGE (Elaborado pelo autor)

A análise do rendimento nominal médio mensal indica ainda mais discrepâncias. O rendimento médio de pessoas autodeclaradas “brancas” (R\$ 1.028,31) é maior em 72,76% do rendimento médio da população “preta” (R\$ 595,20) e maior em 57,45% do rendimento médio da autodeclarada “parda” (R\$ 653,08). Chama atenção o rendimento médio das autodeclaradas “amarelas” (R\$ 1.014,36), bem próxima ao rendimento médio das “brancas”.

Gráfico 1 – PEA ocupada por declaração de “cor ou raça” e rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos 2010.



Fonte: IBGE (Elaborado pelo autor).

Com relação as faixas etárias da PEA ocupada, observou-se na década de 2000 que a faixa de maior concentração é a dos 30 a 39 anos de idade (27,68%), predominantemente adulta. Faixa que concentra, inclusive, os maiores percentuais tanto de homens quanto de mulheres. Os públicos adolescentes, jovens e idosos possuem as menores participações no mercado. Somando a participação de adolescentes e jovens (de até 19 anos de idade) tem-se apenas 7,98%, e as pessoas idosas, com 60 anos ou mais, 6,19%. No Censo de 2010 amplia-se a faixa do público adulto, sendo a faixa dos 40 a 49 anos de idade a que apresenta maior participação (23,86%), e a que agrega o maior número tanto de mulheres quanto de homens, seguida pela faixa dos 30 a 39 anos (22,45%). As pessoas adolescentes, jovens e idosos são as que possuem as menores taxas de participações, sendo que a participação de adolescentes e jovens (de até 19 anos de idade) diminuiu 0,51 pp e a idosa teve um aumento de 3,52 pp (TABELAS 8 e 9).

Tabela 8 – PEA ocupada faixa etária e gênero 2000.

Itens	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
De 10 a 14 anos	226	1,02	91	0,65	317	0,87
De 15 a 19 anos	1701	7,64	881	6,27	2582	7,11
De 20 a 29 anos	5213	23,42	3180	22,63	8393	23,12
De 30 a 39 anos	6005	26,98	4047	28,80	10052	27,68
De 40 a 49 anos	4611	20,72	3340	23,77	7951	21,90
De 50 a 59 anos	2938	13,20	1827	13,00	4765	13,12
De 60 ou mais	1561	7,01	688	4,90	2249	6,19
Total PEA ocupada	22255	100,00	14054	100,00	36309	100,00

Fonte: IBGE (Elaborado pelo autor)

Tabela 9 – PEA ocupada faixa etária e gênero 2010.

Itens	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
De 10 a 14 anos	401	1,85	205	1,25	606	1,59
De 15 a 19 anos	1318	6,10	918	5,59	2236	5,88
De 20 a 29 anos	4258	19,69	3238	19,72	7496	19,71
De 30 a 39 anos	4572	21,15	3967	24,16	8539	22,45
De 40 a 49 anos	4940	22,85	4137	25,20	9077	23,86
De 50 a 59 anos	3782	17,49	2607	15,88	6389	16,80
De 60 ou mais	2349	10,86	1346	8,20	3695	9,71
Total PEA ocupada	21620	100,00	16418	100,00	38038	100,00

Fonte: IBGE (Elaborado pelo autor)

A análise do rendimento nominal mensal do trabalho principal indica que 29,65% da PEA ocupada ganhava de 0 a 1 salário-mínimo na década 2000. Nessa faixa, estão 38,02% das mulheres ocupadas, contra 24,36% dos homens ocupados. Quando somada à faixa de 1 a 2 salários-mínimos, são 63,19% da PEA ocupada, sendo compostas por 71,48% de mulheres contra 57,96% de homens. Subtraindo-se da PEA ocupada o funcionalismo público, militares e os profissionais das ciências e artes, tem-se o percentual de 34,60% na faixa de 0 a 1 e, acumuladamente, um percentual de 73,74% da PEA ocupada na faixa até 0 a 2 salários mínimos (TABELA 10).

No ano de 2010 esse percentual se amplia. A análise do rendimento nominal mensal da atividade principal indica que 50,44% da PEA ocupada ganhava de 0 a 1 salário-mínimo (59,54% de mulheres, contra 43,53% dos homens ocupados). Quando somada à faixa de 1 a 2 salários mínimos o percentual vai para 81,69% da PEA ocupada (86,17% de mulheres ocupadas contra 78,29% dos homens ocupados). Subtraindo-se da população ocupada, as ocupações relativas ao funcionalismo público, militares e empregadores, tem-se o percentual

de 55,58% na faixa de 0 a 1 e, acumuladamente, um percentual de 90,00% da PEA ocupada na faixa até 0 a 2 salários-mínimos (TABELA 11).

Tabela 10 – PEA ocupada por rendimento nominal mensal do trabalho principal e gênero, 2000.

Itens	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
De 0 até 1 salário mínimo	5421	24,36	5344	38,02	10765	29,65
Mais de 1 a 2 salários mínimos	7478	33,60	4702	33,46	12180	33,55
Mais de 2 a 3 salários mínimos	2680	12,04	1375	9,78	4055	11,17
Mais de 3 a 5 salários mínimos	2709	12,17	1240	8,82	3949	10,88
Mais de 5 a 10 salários mínimos	2422	10,88	974	6,93	3396	9,35
Mais de 10 a 20 salários mínimos	1032	4,64	290	2,06	1322	3,64
Mais de 20 salários mínimos	513	2,31	129	0,92	642	1,77
Total PEA ocupada	22255	100,00	14054	100,00	36309	100,00

Fonte: IBGE (Elaborado pelo autor)

Tabela 11 – PEA ocupada por rendimento nominal mensal do trabalho principal e gênero, 2010.

Itens	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
De 0 até 1 salário mínimo	9411	43,53	9776	59,54	19187	50,44
Mais de 1 a 2 salários mínimos	7516	34,76	4371	26,62	11887	31,25
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1795	8,30	969	5,90	2764	7,27
Mais de 3 a 5 salários mínimos	1289	5,96	706	4,30	1995	5,24
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1159	5,36	457	2,78	1616	4,25
Mais de 10 a 20 salários mínimos	322	1,49	109	0,66	431	1,13
Mais de 20 salários mínimos	128	0,59	30	0,18	158	0,42
Total PEA ocupada	21620	100,00	16418	100,00	38038	100,00

Fonte: IBGE (Elaborado pelo autor)

Com relação ao nível de instrução da PEA ocupada na década de 2000, importante para identificar o nível de qualificação da força de trabalho, observa-se que quase a metade (47,15%) encontrava-se na classe “sem instrução e fundamental incompleto”. Apenas 8,44% da PEA possuía curso superior, à época. Com relação ao gênero, as mulheres se destacam positivamente em todos os níveis, exceto nos dois primeiros níveis, apesar de apresentar, como se viu na tabela anterior (TABELAS 12 e 13), menores níveis de rendimentos, comparado ao sexo masculino.

Tabela 12 – PEA ocupada por sexo e nível de instrução, 2000.

Itens	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Sem instrução e fundamental incompleto	11745	52,77	5373	38,23	17118	47,15
Fundamental completo e médio incompleto	4887	21,96	2813	20,02	7700	21,21
Médio completo e superior incompleto	4087	18,36	4181	29,75	8268	22,77
Superior completo	1414	6,35	1652	11,75	3066	8,44
Não determinado	122	0,55	35	0,25	157	0,43
Total PEA	22255	100,00	14054	100,00	36309	100,00

Fonte: IBGE (Elaborado pelo autor)

Tabela 13 – PEA ocupada por sexo e nível de instrução, 2010.

Itens	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Sem instrução e fundamental incompleto	9478	43,84	5218	31,78	14696	38,64
Fundamental completo e médio incompleto	4678	21,64	3480	21,20	8158	21,45
Médio completo e superior incompleto	5705	26,39	5389	32,82	11094	29,17
Superior completo	1748	8,09	2317	14,11	4065	10,69
Não determinado	11	0,05	14	0,09	25	0,07
Total PEA	21620	100,00	16418	100,00	38038	100,00

Fonte: IBGE (Elaborado pelo autor)

O Censo de 2010 apresentou melhoras em todas as faixas dos níveis de instrução, embora a faixa “sem instrução e fundamental incompleto” seja a mais predominante, agregando 38,64% da PEA ocupada. Esta foi, inclusive, a faixa que apresentou a maior variação negativa com relação ao Censo de 2000 (-8,51 pp), seguida de uma variação positiva das pessoas com ensino “médio completo e superior incompleto” de 6,39 pp. Com relação ao gênero, as mulheres continuam se destacando positivamente em todos os níveis, exceto nos dois primeiros.

3 Dados do mercado de trabalho formal

Para análise do mercado de trabalho formal foram selecionadas as décadas de 2000, 2010 e 2021. Essa análise proporcionou o acesso a dados mais recentes e desagregados, favorecendo a análise de diferentes estratificações desse mercado por setores da economia, gênero, nível educacional, rendimentos e nacionalidade uruguaia.

Conforme é possível perceber a partir da Tabela 14, o mercado de trabalho formal apresentou crescimento no número de vínculos formais no período, com variação positiva de 7,7% de 2000 a 2010 e de 12,1%, de 2010 a 2021. Considerado todo período 2000 a 2021, houve um aumento de 25,3% no número de empregos formais.

Tabela 14 – Estoque e variação percentual dos empregos formais 2000, 2010 e 2021.

Estoque			Variação	
2000	2010	2021	2000-2010	2010-2021
10.803	11.632	13.541	7,7%	12,1%

Fonte: RAIS (Elaborado pelo autor)

A tabela 15 evidencia as variações por setores da economia. Os setores do comércio e de serviços são os que mais empregam. Juntos, são responsáveis por quase 70% dos vínculos formais no município em 2021. Quando somados aos estoques da administração pública, esse percentual chega a 84,11% dos postos de trabalho. De 2000 a 2010, as maiores variações ocorreram nos “serviços industriais de utilidade pública” (11,2), na Construção Civil (0,7) e na extrativa mineral (0,7), todas positivas. A indústria de transformação teve uma perda de 466 postos de trabalho, perfazendo uma variação negativa de 0,5. Esse período coincide com a concordada do frigorífico (1994) e a consequente migração populacional. Contudo esses eventos não afetaram o crescimento dos estoques de emprego no geral. Na análise do segundo período (2010/2021), destaca-se a variação negativa (-0,9) no setor “extrativa mineral”.

Tabela 15 – Estoque e variação percentual dos empregos formais por setor da economia 2000, 2010 e 2021.

Setor	Estoque				Variação			
	2000	%	2010	%	2021	%	2000-2010	2011-2021
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.274	11,79	1.182	10,16	1.064	7,86	-0,1	-0,1
Extrativa mineral	13	0,12	22	0,19	2	0,01	0,7	-0,9
Indústria de transformação	921	8,53	455	3,91	514	3,80	-0,5	0,1
Serviços industriais de utilidade pública	21	0,19	256	2,20	295	2,18	11,2	0,2
Construção Civil	177	1,64	298	2,56	277	2,05	0,7	-0,1
Comércio	3.554	32,90	4.364	37,52	5.740	42,39	0,2	0,3
Serviços	2.962	27,42	3.182	27,36	3.647	26,93	0,1	0,1
Administração Pública	1.881	17,41	1.873	16,10	2.002	14,78	0,0	0,1
Total	10.803	100	11.632	100	13.541	100	0,1	0,2

Fonte: RAIS (Elaborado pelo autor)

Com relação a escolaridade, observa-se uma evolução no nível escolar da classe trabalhadora no período em questão. Na década de 2000, quase a metade dos trabalhadores possuíam até o Ensino Fundamental completo (47,61%), quando somada as pessoas que não chegaram a concluir o Ensino Médio esse percentual chega a 66,1%. Em 2021, o percentual de pessoas com formação até o Ensino Fundamental é de 17,73%. Somado aos que não concluíram o Médio tem-se o percentual 24,41%. Os trabalhadores com Ensino Médio completo assumem a maior participação no mercado em 2021, com 59,12%, seguido das pessoas com Ensino Superior completo (13,26%) (TABELA 16).

Tabela 16 – Mercado trabalho formal por escolaridade 2000, 2010 e 2021.

Escolaridade	2000	%	2010	%	2021	%
Analfabeto	127	1,18	58	0,50	46	0,34
Fundamental incompleto	2838	26,27	1893	16,27	1207	8,91
Fundamental Completo	2178	20,16	1532	13,17	1148	8,48
Médio Incompleto	1931	17,87	1258	10,81	905	6,68
Médio Completo	2428	22,48	5134	44,14	8006	59,12
Superior Incompleto	395	3,66	399	3,43	434	3,21
Superior Completo	906	8,39	1358	11,67	1795	13,26
Total	10803	100,00	11632	100,00	13541	100,00

Fonte: RAIS (Elaborado pelo autor)

A análise das faixas salariais indica que a maior parte dos trabalhadores se concentra na faixa de rendimento de 1,01 a 2 salários-mínimos. Em 2000 eram 49,34% dos trabalhadores, chegando a quase 70% da força de trabalho empregada em 2010 e 62,6% em 2021. De um modo geral, considerando a variação de 2000 para 2021, percebeu-se, em termos de participação percentual, a redução de todas as faixas de rendimento acima de 2 salários-mínimos e, inversamente, a ampliação das faixas abaixo, indicando uma menor remuneração da classe trabalhadora, apesar da melhora do nível de escolaridade no período (TABELA 17).

Tabela 17 – Mercado de trabalho formal por faixa salarial 2000, 2010 e 2021.

Faixa salarial	2000	%	2010	%	2021	%
Até 0,5 salário mínimo	41	0,38	98	0,84	117	0,86
De 0,51 a 1 salário mínimo	309	2,86	659	5,67	933	6,89
De 1,01 a 2 salários mínimos	5330	49,34	8055	69,25	8477	62,60
De 2,01 a 3 salários mínimos	2779	25,72	1546	13,29	2024	14,95
De 3,01 a 5 salários mínimos	1557	14,41	774	6,65	1169	8,63
Mais que 5 salários mínimos	750	6,94	380	3,27	520	3,84
Não declarado	37	0,34	120	1,03	301	2,22
Total	10803	100,00	11632	100,00	13541	100,00

Fonte: RAIS (Elaborado pelo autor)

De um modo geral, com relação ao gênero, o mercado de trabalho formal na cidade é predominantemente masculino. Contudo, a participação feminina vem se ampliando (TABELA 18). Destaca-se o saldo positivo para as mulheres de 2000 a 2010, com uma variação de 14,7% contra 2,8% de homens. No período seguinte, a variação foi de 14,8% contra 10% de homens (TABELA 19).

Tabela 18 – Estoque de empregos por gênero 2000, 2010, 2021.

Ano	Estoque	Homens	%	Mulheres	%
2000	10.803	6.413	59,36	4.390	40,64
2010	11.632	6.595	56,70	5.037	43,30
2021	13.541	7.480	55,24	6.061	44,76

Fonte: RAIS (Elaborado pelo autor)

Tabela 19 – Saldo e variação de estoque de empregos por gênero 2000, 2010, 2021.

	Homens		Mulheres	
	Saldo	Varição	Saldo	Varição
2000-2010	182	2,8%	647	14,7%
2011-2021	682	10,0%	781	14,8%

Fonte: RAIS (Elaborado pelo autor)

Apesar de uma menor participação, proporcionalmente, as mulheres possuem os maiores níveis de escolaridade, a partir do Ensino Médio completo. A maior diferença em termos percentuais é no Ensino Superior completo, chegando a diferença de 13,31 pp em 2021. As mulheres também apresentam os menores percentuais nos níveis de ensino até o Fundamental incompleto, indicando uma melhor qualificação em termos de escolaridade (TABELA 20).

Tabela 20 – Mercado de trabalho formal por escolaridade e gênero 2000, 2010, 2021.

Escolaridade	2000				2010				2021			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Analfabeto	98	1,53	29	0,66	57	0,86	1	0,02	37	0,49	9	0,15
Fundamental incompleto	2170	33,84	668	15,22	1548	23,47	345	6,85	978	13,07	229	3,78
Fundamental Completo	1538	23,98	640	14,58	1098	16,65	434	8,62	852	11,39	296	4,88
Médio Incompleto	1129	17,60	802	18,27	781	11,84	477	9,47	565	7,55	340	5,61
Médio Completo	1042	16,25	1386	31,57	2531	38,38	2603	51,68	4303	57,53	3703	61,10
Superior Incompleto	140	2,18	255	5,81	157	2,38	242	4,80	199	2,66	235	3,88
Superior Completo	296	4,62	610	13,90	423	6,41	935	18,56	546	7,30	1249	20,61
Total	6413	100,00	4390	100,00	6595	100,00	5037	100,00	7480	100,00	6061	100,00

Fonte: RAIS (Elaborado pelo autor)

A faixa salarial de 1,01 a 2 salários-mínimos agrega os maiores números de homens e mulheres, como se viu na Tabela 16. Observando as faixas de rendimentos acima de 2,01, no geral, pode-se dizer que, proporcionalmente, os homens ocupam as faixas com os maiores rendimentos em todo período, exceto em 2021, nas duas últimas faixas, que apresenta um pequeno percentual de “vantagem” para as mulheres. Inversamente, nas três primeiras faixas, o percentual de mulheres é maior, com exceção da terceira faixa em 2021, isso apesar de possuírem maiores níveis de escolaridade (TABELA 21).

Tabela 21 – Mercado de trabalho formal por rendimento e gênero 2000, 2010, 2021.

Faixa salarial	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Até 0,5 salário mínimo	20	0,31	21	0,48	48	0,73	50	0,99	48	0,64	69	1,14
De 0,51 a 1 salário mínimo	130	2,03	179	4,08	279	4,23	380	7,54	335	4,48	598	9,87
De 1,01 a 2 salários mínimos	3040	47,40	2290	52,16	4557	69,10	3498	69,45	4892	65,40	3585	59,15
De 2,01 a 3 salários mínimos	1702	26,54	1077	24,53	932	14,13	614	12,19	1177	15,74	847	13,97
De 3,01 a 5 salários mínimos	991	15,45	566	12,89	459	6,96	315	6,25	605	8,09	564	9,31
Mais que 5 salários mínimos	514	8,01	236	5,38	245	3,71	135	2,68	241	3,22	279	4,60
Não declarado	16	0,25	21	0,48	75	1,14	45	0,89	182	2,43	119	1,96
Total	6413	100,00	4390	100,00	6595	100,00	5037	100,00	7480	100,00	6061	100,00

Fonte: RAIS (Elaborado pelo autor)

A tabela 22 apresenta a segmentação de gênero por setores da economia, sendo o setor de serviços o único que apresenta uma maior participação feminina. Mais da metade da força de trabalho feminina: 55,92% em 2000, 54,68% em 2010 e 51,94% em 2021, sendo os ramos da Administração Pública, Ensino, Serviços Médicos Odontológicos, Veterinários e alojamento comunitário os que mais se destacam. Outro ramo predominantemente feminino é o da Indústria Têxtil. O comércio é o segundo segmento em alocação das trabalhadoras.

Tabela 22 – Mercado trabalho formal por setores da economia e gênero 2000, 2010 e 2021.

Itens	2000		2010		2020	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
AGROPECUÁRIA	1075	199	1025	157	909	155
INDÚSTRIA	684	250	340	137	389	127
Alimentos e Bebidas	579	220	218	85	285	80
Borracha, Fumo, Couros	26	2	1	2	7	3
Calçados	0	0	1	0	13	3
Elétrico	0	0	1	0	0	0
Extrativa Mineral	12	1	29	2	2	0
Madeira e Mobiliário	9	0	12	1	25	10
Mecânica	5	0	0	0	2	0
Metalúrgica	7	1	13	1	23	1
Papel e Gráf	42	14	61	23	9	7
Prod. Mineral Não Metálico	1	0	6	1	13	1
Química	3	3	3	2	2	2
Têxtil	0	9	4	20	8	20
CONSTRUÇÃO	170	7	276	22	265	12
COMÉRCIO	2075	1479	2397	1967	3121	2619
Varejista	1853	1403	2234	1916	2786	2557
Atacadista	222	76	163	51	335	62
SERVIÇOS	2409	2455	2557	2754	2796	3148
Administração Pública	889	992	779	1094	838	1164
Adm Técnica Profissional	326	155	273	160	484	237
Aloj Comunic.	506	479	527	536	484	583
Ensino	141	240	142	259	111	266
Instituição Financeira	107	63	93	119	89	132
Médicos Odontológicos	133	471	125	442	148	613
Serviço Utilidade Pública	21	0	206	50	236	59
Transporte e Comunicações	286	55	412	84	406	94
Total	6413	4390	6595	5037	7480	6061

Fonte: RAIS (Elaborado pelo autor)

As pessoas de nacionalidade uruguaia possuem uma pequena participação no mercado de trabalho formal (com relação ao número total de empregos): 2,11% em 2000, 2,32% em 2010 e 2,73% em 2021. Os setores de Comércio e Serviços são os que mais absorvem esses trabalhadores, com o percentual de 82,46% em 2000, 87,41% em 2010 e 86,76% em 2021. No setor de serviços, destacam-se os ramos de alojamento e comunicação e serviços médicos odontológicos e veterinários (TABELA 23).

Tabela 23 – Mercado de trabalho formal por setores da economia e nacionalidade uruguaia 2000, 2010 e 2021.

Setor	2000	%	2010	%	2021	%
Agropecuária	14	6,14	13	4,81	19	5,14
Indústria	25	10,96	13	4,81	26	7,03
Construção Civil	1	0,44	8	2,96	4	1,08
Comércio	113	49,56	163	60,37	233	62,97
Serviços	75	32,89	73	27,04	88	23,78
Total	228	100,00	270	100,00	370	100,00

Fonte: RAIS (Elaborado pelo autor)

Com relação ao gênero, a participação uruguaia, acompanhando a tendência do mercado de trabalho em geral, é predominantemente masculina. Em 2000, 62,28% das

peessoas trabalhadoras eram homens. Esse número cai em 2010 para 55,19% e amplia-se novamente em 2021 para 59,46%. Quanto a escolaridade, o nível Médio completo agrega o maior número de uruguaios em todo período analisado. Com referência ao gênero, a partir do médio incompleto, são as mulheres que possuem os maiores níveis de escolaridade (TABELA 24).

Tabela 24 – Mercado de trabalho formal por escolaridade, nacionalidade uruguaia e gênero 2000, 2010 e 2021.

Escolaridade	2000				2010				2021			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Analfabeto	2	1,41	0	0,00	1	0,67	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Fundamental incompleto	30	21,13	4	4,65	31	20,81	10	8,26	29	13,18	8	5,33
Fundamental Completo	39	27,46	20	23,26	32	21,48	12	9,92	18	8,18	9	6,00
Médio Incompleto	33	23,24	23	26,74	18	12,08	29	23,97	16	7,27	20	13,33
Médio Completo	33	23,24	29	33,72	63	42,28	54	44,63	145	65,91	95	63,33
Superior Incompleto	2	1,41	4	4,65	1	0,67	3	2,48	3	1,36	6	4,00
Superior Completo	3	2,11	6	6,98	3	2,01	13	10,74	9	4,09	12	8,00
Total	142	100,00	86	100,00	149	100,00	121	100,00	220	100,00	150	100,00

Fonte: RAIS (Elaborado pelo autor)

A análise do rendimento médio indica que a faixa de 1,01 a 2 salários-mínimos agrega a maior parte dos trabalhadores uruguaios em todo período analisado. As mulheres, apesar de possuírem melhores níveis educacionais, são as que possuem, proporcionalmente, o menor percentual de participação nas faixas acima de 2,01 salários-mínimos, com exceção das últimas faixas em 2010 e nas faixas de 2,01 a 5 salários-mínimos em 2021 (TABELA 25).

Tabela 25 – Mercado de trabalho formal por faixa salarial, nacionalidade uruguaia e gênero 2000, 2010 e 2021.

Faixa salarial	2000				2010				2021			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Até 0,5 salário mínimo	0	0,00	3	3,49	0	0,00	3	2,48	2	0,91	1	0,67
De 0,51 a 1 salário mínimo	4	2,82	1	1,16	6	4,03	13	10,74	13	5,91	12	8,00
De 1,01 a 2 salários mínimos	71	50,00	48	55,81	125	83,89	90	74,38	172	78,18	113	75,33
De 2,01 a 3 salários mínimos	36	25,35	17	19,77	13	8,72	8	6,61	18	8,18	15	10,00
De 3,01 a 5 salários mínimos	27	19,01	15	17,44	3	2,01	3	2,48	6	2,73	5	3,33
Mais que 5 salários mínimos	4	2,82	2	2,33	1	0,67	3	2,48	4	1,82	2	1,33
Não declarado	0	0,00	0	0,00	1	0,67	1	0,83	5	2,27	2	1,33
Total	142	100,00	86	100,00	149	100,00	121	100,00	220	100,00	150	100,00

Fonte: RAIS (Elaborado pelo autor)

4 Considerações Finais

Os dados históricos dos Censos, especialmente das últimas duas décadas que possibilitam uma maior desagregação, revelaram características importantes do mercado de trabalho. Desde a década de 1940 já havia uma população predominantemente urbana e alocada no setor terciário, mesmo em um período de atividades industriais pujantes impulsionadas pela presença do frigorífico Armour no município e outras indústrias em seu entorno.

Nessa época, o setor secundário era o último em alocação de mão de obra, com participação de 15,89% da População Ativa. Albornoz (2018), em seu estudo histórico “ Armour, uma aposta no pampa”, indicou que vários trabalhadores do frigorífico eram safristas, já configurando, desse modo, certo nível de “informalidade” no setor industrial.

Com relação ao gênero, as desigualdades são históricas e denotam uma divisão do trabalho pela condição de gênero. Os dados mais remotos apontaram uma pequena

participação feminina com relação à população ocupada: 11,30% em 1940 e 17,94% em 1950, alocadas em sua grande maioria no setor terciário (80,67% em 1940 e 87,48% em 1950), majormente em “atividade sociais e de serviços” (64,57% em 1940 e 84,94% em 1950). Isso, apesar das mulheres serem majoritárias nos censos populacionais desde a década de 1940.

Essa é uma realidade encontrada em diferentes estudos nacionais e internacionais, que confirmam as desigualdades de gênero nas relações de trabalho, em diferentes contextos socioculturais, evidenciando as restrições estruturais das relações patriarcais e as penalidades impostas às mulheres, onde a organização da produção e do trabalho tendem a (re)produzir desigualdades e a aprofundar a vulnerabilidade de mulheres trabalhadoras, geralmente alocadas em trabalhos menos qualificados, invisibilizados e mal remunerados (Braun, 2011; Camargos *et al.*, 2014; Cavazotte *et al.*, 2010; Fagertun, 2017; Lima *et al.*, 2013; Khurana, 2020).

A saída da Companhia Armour do município no final de década de 1950, a venda do frigorífico para o grupo Bordon em 1989 e sua concordata em 1994 são eventos que geraram perda de postos de trabalho no setor, mais especificamente entre as décadas de 1950/1960, 1991/2000 e 2000/2010, ocasionando uma variação negativa de 6,89 pp no período.

Apesar do encerramento das atividades do frigorífico e da conseqüente migração populacional entre as décadas de 2000 e 2010, a PEA ocupada manteve-se em crescimento, porém em atividades informais. Chamou atenção o crescimento das “atividades mal especificadas” (11,74 pp) no período. O Setor Terciário também foi impactado, teve a sua primeira e única variação negativa (-7,65 pp). Por outro lado, o Setor Primário apresentou o seu primeiro crescimento após décadas, indicando o retorno ao campo de alguns desses trabalhadores.

Outro dado que merece destaque na caracterização do mercado de trabalho do município é o percentual da PEA desocupada, o qual esteve acima de 50% em quase todo período. Composto em sua grande maioria por mulheres, próximo à casa dos 70%. Outro aspecto a ser destacado é o nível de “informalidade” da população ocupada. Mais da metade da PEA ocupada esteve alocada em atividades precarizadas (empregados sem carteira assinada, por conta própria, trabalhadores não remunerados em ajuda a membros familiares e trabalhadores na produção para o seu próprio consumo).

O percentual de pessoas que contribuíam para instituto de previdência confirma essa “informalidade” e precarização do mercado de trabalho santanense: quase a metade da PEA ocupada, em todo período analisado, não contribuía e, portanto, não possuía nenhuma proteção social, especialmente, em casos de afastamento das atividades laborais por motivo de enfermidade ou acidente (inclusive, de trabalho), sem mencionar o “seguro-desemprego”, em caso de “demissão” involuntária, uma característica marcante também no mercado de trabalho brasileiro, de um modo geral (Pochmann, 2020).

Ainda com relação ao gênero, apesar de se observar um aumento gradativo da participação feminina no mercado de trabalho, essa participação é inferior a masculina, persistindo a tendência histórica da alocação das mulheres em atividades “informais”.

No que se refere à condição de “cor ou raça”, apesar de não ser possível evidenciar maiores diferenças quanto a inserção no mercado de trabalho, pois a representação populacional guarda certa correspondência em termos percentuais à população ocupada, os dados apontam diferenças significativas com relação ao nível educacional e a média de rendimentos entre as pessoas, com prejuízo às autodeclaradas “pretas” e “pardas”, configurando uma possível restrição estrutural aos capitais cultural e econômico a esses grupos.

No que diz respeito à faixa etária predominante no mercado de trabalho no período analisado (2000, 2010), observou-se que é composto por pessoas adultas, com idade entre 30 a 49 anos. As pessoas adolescentes, jovens e idosas são as que possuem as menores taxas de participação.

A análise da média de rendimento e do nível de instrução da população ocupada no último Censo (2010) apresentou, igualmente, informações relevantes sobre desigualdades no mercado de trabalho. No que diz respeito ao rendimento médio, um pouco mais da metade da PEA ocupada recebia de 0 a 1 salário-mínimo, denotando uma classe trabalhadora com baixo poder aquisitivo e minimamente remunerada. As trabalhadoras têm as maiores participações nas faixas salariais mais baixa e as menores participações nas faixas mais altas, apesar de apresentarem os melhores níveis de escolaridade, comparado ao masculino, indicando outros critérios de diferenciação para além do nível de instrução.

Quanto ao nível de instrução, apesar de apresentar uma melhora, no geral, o Censo de 2010 indicou que quase 40% da população ocupada ainda se encontra na primeira faixa “sem instrução e fundamental incompleto”. As mulheres são as que apresentaram maior participação nos níveis de instrução mais elevados, o que denota uma classe trabalhadora mais qualificada, apesar de pior remunerada.

Sobre o mercado de trabalho formal, em síntese, pode-se dizer que, de modo geral, apresentou crescimento no período analisado. O setor de comércio e serviços são os que mais empregam. Juntos, são responsáveis por quase 70% do total de empregos no ano de 2021. A concordata do frigorífico na década de 1994 resultou em perda de postos trabalhos em alguns segmentos (2000/2010), sendo a maior perda na indústria de transformação, 446 postos de trabalho. Esse evento, porém, não afetou o estoque de empregos formais em geral, que se manteve em crescimento.

Com relação ao gênero, o mercado de trabalho formal é predominantemente masculino, apesar da ampliação gradativa da participação feminina, exceto a participação das mulheres uruguaias, que oscilou no período. O setor de serviços absorve mais da metade das mulheres, seguido do comércio, acompanhando a mesma tendência de uma divisão do trabalho por gênero do mercado de trabalho em geral.

Observou-se no período uma melhora do nível de escolaridade da classe trabalhadora. Entretanto, essa melhora não resultou em melhores condições salariais. Pelo contrário, o que se observou foi a redução da participação (em termos percentuais) em todas as faixas de rendimento acima de 2 salários-mínimos e, inversamente, a ampliação das faixas abaixo, indicando uma menor remuneração da classe trabalhadora. Mais de 60% da força de trabalho encontra-se na faixa de 1,01 a 2 salários mínimos, muito provavelmente próximo ao salário mínimo do comércio, um pouco mais que um salário mínimo nacional, indicando uma classe trabalhadora, em sua grande maioria, minimamente remunerada. As mulheres são as que possuem proporcionalmente os maiores níveis de escolaridade. Apesar disso, apresentam proporcionalmente os menores rendimentos médios, em relação aos homens, indicando outros motivos de diferenciação, para além do nível escolar.

Quanto a participação de pessoas de nacionalidade uruguaia no mercado de trabalho formal, pode-se dizer que é baixa, manteve-se em menos de 3% em todo período analisado, em sua maioria no comércio e serviços. O nível de escolaridade e remuneração de pessoas uruguaias, grosso modo seguem as mesmas características do mercado de trabalho formal em geral, indicando uma possível barreira apenas no acesso a esse mercado. Com relação ao gênero, acompanha a mesma tendência do mercado de trabalho formal em geral, predominantemente masculino e com níveis educacionais e de rendimentos semelhantes. A

discriminação de gênero das mulheres uruguaias acompanha a mesma tendência: mais qualificadas, mas com os menores níveis de rendimentos com relação aos dos homens.

Enfim, os dados coletados evidenciaram, de uma forma geral, um mercado de trabalho historicamente “precário”, com altos índices de desemprego e “informalidade”, composto, predominantemente, por uma classe trabalhadora com baixos níveis de escolaridade e de rendimentos. Desigualdades de gênero e étnicas também foram identificadas. As mulheres possuem a menor participação no mercado, estão maioritariamente alocadas em atividades “informais” e apresentam menores níveis de rendimentos com relação à população masculina, isso apesar de comporem o maior percentual da PEA e de possuírem os maiores níveis de escolaridade. Com relação à etnia, os dados apontaram diferenças significativas relacionadas ao nível educacional e à média de rendimentos entre a população ocupada, com prejuízo às pessoas autodeclaradas “pretas” e “pardas”, configurando, assim, a restrição histórica e estrutural aos capitais cultural e econômico desses grupos. O mercado de trabalho formal segue algumas tendências do mercado em geral: baixos rendimentos e níveis escolares, desigualdades de gênero.

Referências Bibliográficas

Albornoz, V. P. L. (2018). *Armour: uma aposta no pampa*. Editora Pallotti. Disponível em <http://veraalbornozcienciashumanas.blogspot.com/2016/09/armour-uma-aposta-no-pampa.html>

Almeida, L. N. (2016). *O Estado e os ilegalismos nas margens do Brasil e do Uruguai: um estudo de caso sobre a fronteira de Sant’Ana do Livramento (BR) e Rivera (UY)*. Editora Fi.

Brasil. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. (2005). *Programa de Desenvolvimento de Faixas de Fronteira - PDFF: Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Ministério da Integração Nacional.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. (2024). *RAIS Vínculos*. Disponível em <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>

Braun, Y. A. (2011). The reproduction of inequality: Race, class, gender, and the social organization of work at sites of large-scale development projects. *Social Problems*, 58(2), 281-303.

Camargos, M. C. S., Riani, J. L. R., & Marinho, K. R. L. (2014). Mercado de trabalho e gênero: uma análise das desigualdades em Minas Gerais. *PRETEXTO*, 15(2), 41-57.

Fagertun, A. (2017). Labour in paradise: Gender, class and social mobility in the informal tourism economy of urban Bali, Indonesia. *The Journal of Development Studies*, 53(3), 331-345.

IBGE. (2000). *Censo Demográfico 2000: Amostra – Trabalho e Rendimento*. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/amostra-trabalho-e-rendimento>

Barbosa, S. de F., & Mattei, L. F. (2025). Sant’Ana do Livramento: uma análise de dados históricos do mercado de trabalho. *Revista Estratégia e Desenvolvimento*, 9(1).

IBGE. (2010). *Censo Demográfico 2010: Amostra – Trabalho e Rendimento*. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-trabalho-e-rendimento>

IBGE. (2022). *Censo Demográfico 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados do Universo*. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>

IBGE. (2023). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Notas Metodológicas*. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101999_notas_tecnicas.pdf

IBGE. (2024). *Biblioteca IBGE: Periódicos dos Censos*. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=periodico&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=censo&digital=false&fbaseexata=>

Khurana, S. (2020). Redefining norms, exploring new avenues: Negotiations of women informal workers in Delhi. *International Journal of Comparative Sociology*, 61(2-3), 178-199.

Lima, G. S., Neto, A. C., Lima, M. S., Tanure, B., & Versiane, F. (2013). O teto de vidro das executivas brasileiras. *PRETEXTO*, 14(4), 65-80.

Pochmann, M. (2020). Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(1), 89-99.

ⁱ No Censo 1940 não constam as categorias PEA e Não PEA, tem-se “População Ativa” ou “População segundo a atividade”. Nessa categoria estão as pessoas de 10 anos ou mais e as de idade ignorada.

ⁱⁱ Segundo Pochmann (2020), a taxa de precarização é o resultado da “soma das ocupações de assalariamento informal, conta própria e sem remuneração em relação ao total da PEA ocupada.

ⁱⁱⁱ Segundo o IBGE são cinco categorias utilizadas para a pessoa se classificar com relação a característica da “cor ou raça”: “branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda e indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declara indígena ou índia)” (IBGE, 2023, p. 16).